



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 46/2025

A Câmara Municipal de Jaguariúna, por meio do Departamento de Compras e Licitações, **TORNA PÚBLICO O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 para o objeto abaixo:

Objeto: Aquisição de serviço de empresa especializada para prestação de serviço contínuo de rastreamento e monitoramento, via tecnologia GPS/GSM/GPRS para veículos oficiais da CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA, de acordo com as especificações técnicas e condições estabelecidas nos documentos anexos;

Documentos Anexos:

- Termo de Referência
- Modelo de Proposta Comercial

Critério de Julgamento: Menor preço.

Valor Estimado para a Contratante;

Item 01: R\$ 125,12 (cento e vinte e cinco reais e doze centavos) por 36 meses;

Valor Total: R\$ 4.504,32 (quatro mil quinhentos e quatro reais e trinta e dois centavos).

Prazo para Envio das Propostas:

As propostas deverão ser encaminhadas para o e-mail compras@jaguariuna.sp.leg.br até as 23h59 do dia 18 de novembro de 2025.

Jaguariúna, 13 de novembro de 2025.

Assinado digitalmente por ROSANGELA MOREIRA DE SANTANA RIBEIRO, Data: 12-11-2025 16:55:24

Rosangela M. S. Ribeiro

Diretora do Departamento de Compras e Licitações



Contato para dúvidas:

- E-mail: compras@jaguariuna.sp.leg.br
- Telefone: (19) 3847-4336 – Depto. Compras.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

TERMO DE REFERÊNCIA

Prestação de Serviço

UNIDADE SOLICITANTE: Secretaria Legislativa

1. OBJETO

1.1. Aquisição de serviço de empresa especializada para prestação de serviço contínuo de rastreamento e monitoramento, via tecnologia GPS/GSM/GPRS, para 02 (dois) veículos oficiais da Câmara Municipal de Jaguariúna/SP, incluindo fornecimento, instalação, manutenção dos equipamentos necessários e acesso a plataforma de acompanhamento em tempo real, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, SEM BLOQUEIO DO VEÍCULO. Sendo 01 (um) veículo oficial 002, modelo Corolla 2.0, XEI A/T, placa FZD 4596, preto, ano 2017/2018 e 001, modelo Corolla 2.0, XEI A/T, placa GAZ 1089, preto, ano 2017/2018.

Especificações:

A empresa contratada deverá:

- 1.2.** Fornecer e instalar dispositivos rastreadores compatíveis com veículos leves, alimentados pela bateria do veículo e com módulo interno de geolocalização.
- 1.3.** Garantir monitoramento em tempo real, com atualização de posição a cada intervalo máximo de 1 (um) minuto.
- 1.4.** Disponibilizar acesso via portal web e aplicativo móvel, com interface em português.
- 1.5.** Armazenar o histórico de rotas por, no mínimo, 6 (seis) meses, com opção de exportação em planilha ou PDF.
- 1.6.** Configurar e disponibilizar alertas automáticos para:
 - Excesso de velocidade;
 - Deslocamento fora de área pré-definida (cerca eletrônica);
 - Ignição ligada/desligada;
 - Parada prolongada.
- 1.7.** Realizar manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, incluindo substituição sem custo em caso de defeito.
- 1.8.** Oferecer treinamento para até 3 (três) servidores indicados, contemplando uso da plataforma, configuração de alertas e emissão de relatórios.
- 1.9.** Disponibilizar suporte técnico por telefone, e-mail e chat, com atendimento em horário comercial.
- 1.10.** Garantir disponibilidade mínima do sistema de 99% ao mês



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

1.11. Quantidades:

Descrição Simplificada	Unid.	Qtde.
SERVICO DE RASTREAMENTO	SRV.	36

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação visa garantir maior segurança, controle e eficiência na gestão da frota oficial da Câmara Municipal de Jaguariúna. O serviço permitirá o acompanhamento em tempo real dos deslocamentos, o registro histórico de rotas e a emissão de alertas para situações específicas, prevenindo desvios de finalidade, reduzindo riscos de furtos e otimizando o uso dos veículos. A medida atende aos princípios da eficiência, economicidade, transparência e proteção do patrimônio público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Considerando a necessidade do serviço ora apresentados, a solução proposta consiste na contratação de serviço especializado de rastreamento e monitoramento veicular em tempo real, a ser aplicado aos veículos oficiais da Câmara Municipal de Jaguariúna. O sistema deverá operar por meio de tecnologia GPS/GPRS, permitindo a localização contínua, o acompanhamento em plataforma web e/ou aplicativo mobile e a geração de relatórios gerenciais sobre deslocamentos, paradas, velocidade e rotas percorridas.

A solução contempla:

- Instalação de módulo rastreador em cada veículo oficial, com equipamentos homologados e de baixo impacto na parte elétrica.
- Acesso a plataforma online (web e aplicativo), com login e senha individualizados, permitindo o controle em tempo real pela Administração.
- Alertas automáticos configuráveis, como excesso de velocidade, entrada/saída de áreas pré-determinadas (cercas virtuais) e uso fora do horário estabelecido.
- Armazenamento histórico de dados, possibilitando consultas retroativas e geração de relatórios detalhados para fins de auditoria, prestação de contas e controle de utilização da frota.
- Suporte técnico e manutenção, garantindo a disponibilidade do serviço durante a vigência contratual.

Dessa forma, a contratação do serviço de rastreamento contribuirá para otimizar a gestão da frota oficial, garantindo maior segurança patrimonial, racionalização de custos operacionais e transparência na utilização dos veículos públicos.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a presente contratação e atendimento de todos os requisitos necessários à contratação e com vistas ao atendimento da necessidade administrativa deverão ser observados os seguintes requisitos:

4.1. Amostra

4.1.1. Não será exigido

4.2. Carta de Solidariedade

4.2.1. Não será exigida Carta de Solidariedade para a presente contratação

4.3. Visita Técnica (não obrigatória)

4.3.1. As empresas interessadas **poderão** realizar visita técnica para tomarem conhecimento do ambiente, bem como dos custos envolvidos para execução do objeto, isentando o CONTRATANTE de acréscimos nos valores de eventuais custos de instalação.

4.3.2. A visita técnica deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 horas, oportunidade na qual será emitido o competente Atestado de Visita Técnica.

4.3.3. **A falta da visitação, não será impedimento** para participar da cotação de preço, porém, não poderá posteriormente alegar desconhecimento das condições para a execução do serviço, assim resguardando a Administração de possíveis inexecuções contratuais, decorrente da falta de visita ao local.

4.4. Subcontratação

4.4.1. Não será admitida subcontratação deste objeto.

4.5. Garantia Contratual

4.5.1. Não será exigida garantia contratual para a presente contratação.

4.6. Sustentabilidade

4.6.1. A contratação do serviço de rastreamento para o veículo oficial da Câmara Municipal de Jaguariúna não se limita apenas ao aumento da segurança patrimonial e à melhoria da gestão da frota, mas também representa uma medida de sustentabilidade ambiental e econômica. O sistema de monitoramento em tempo real possibilita o controle efetivo de rotas, tempos de deslocamento e padrões de uso, o que contribui para a redução de trajetos desnecessários e do consumo de combustível. Essa prática diminui a emissão de gases de efeito estufa (CO₂ e outros poluentes) e, consequentemente, reduz a pegada ambiental da frota pública. Além do impacto positivo no meio ambiente, o rastreamento colabora para a otimização de recursos públicos, uma vez que favorece a racionalização do



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

uso do veículo oficial, evitando desperdícios e prolongando a vida útil do automóvel por meio da condução mais eficiente e responsável. Ao adotar essa solução tecnológica, a Câmara reafirma seu compromisso com a gestão responsável, eficiente e sustentável, alinhada às diretrizes de governança pública que priorizam a transparência, a economicidade e a preservação ambiental. Assim, a contratação do serviço de rastreamento veicular deve ser compreendida não apenas como uma ação administrativa de controle, mas como uma iniciativa integrada de sustentabilidade econômica, social e ambiental no âmbito do setor público.

5. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE E CONTRATADO

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo e proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do CONTRATADO, por meio de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.4. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO no valor correspondente à execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.1.5. Notificar por escrito a ocorrência de irregularidades durante a execução dos serviços, bem como comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.6. Apurar e aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- 5.1.7. Convocar a CONTRATADA para reuniões, sempre que necessário;
- 5.1.8. Expedir a Autorização de Fornecimento de Serviços imediatamente após a assinatura do Presidente;
- 5.1.9. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do presente descritivo, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações e repactuações do mesmo;
- 5.1.10. Prestar ao supervisor/preposto da CONTRATADA as informações e esclarecimentos de que disponha e que eventualmente venham a ser solicitados;
- 5.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros, em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1. A CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo e proposta escrita, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- 5.2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 5.2.3. Efetuar a entrega do objeto e a execução dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes do processo de contratação direta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, quando for o caso, as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 5.2.4. Substituir, reparar ou corrigir, a suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos;
- 5.2.5. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade referente à execução dos serviços, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 5.2.6. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 5.2.7. Entregar o produto de acordo com o pactuado, não sendo aceito em nenhuma hipótese produto similar, remanufaturado, reciclado ou pirateado;
- 5.2.8. A CONTRATADA deverá manter a confidencialidade de todos os dados e informações concedidas.
- 5.2.9. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, em conformidade com as especificações técnicas, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outras que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la;
- 5.2.10. Não possuir administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente político ou funcionário público da Câmara Municipal de Jaguariúna;
- 5.2.11. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, pelos danos e prejuízos causados de forma direta ou indireta decorrentes de culpa ou dolo decorrentes de sua execução ao CONTRATANTE ou a terceiros, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade independente do acompanhamento e fiscalização do CONTRATANTE;
- 5.2.12. É responsável também pela qualidade na execução do objeto, cabendo-lhe verificar o atendimento dos padrões e condições exigidos, e assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 5.2.13. Responsabilizar-se-á pelos recolhimentos de tributos que venham a incidir sobre o objeto deste contrato, arcando inclusive com os tributos federais, estaduais e municipais, que porventura incidam ou incidirão sobre o respectivo contrato bem como os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;
- 5.2.14. Atender rigorosamente as condições estabelecidas nas especificações técnicas contidas no descritivo.
- 5.2.15. A fabricação, o acondicionamento, o transporte e a entrega são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deverá obedecer às normas e padrões legais estabelecidos;
- 5.2.16. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

5.2.17. Responsabilizar-se pelo recolhimento e descarte de bens adquiridos cujos componentes necessitem de destinação especial devido a sua natureza, nos termos da Lei nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010.

6. FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Da Vigência

6.1.1. A contratação vigorará pelo período de execução do objeto, ou seja, 36 (trinta e seis) meses, e pago em parcelas mensais de acordo com o serviço executado, contados a partir da data indicada pelo CONTRATANTE na Autorização para Início dos Serviços, podendo ser prorrogado até o limite legal, mediante termo e manifestação das partes contratantes em até 60 dias anteriores ao vencimento.

6.1.1.1. A Autorização para Início dos Serviços será expedida pelo Fiscal ou responsável pela contratação, designada pelo Contratante, no prazo de até 10 (dez) dias corridos a contar da assinatura do contrato.

6.1.2. O prazo fixado na cláusula 6.1.1, bem como em eventual prorrogação, está sujeito a condição resolutiva, podendo as partes rescindir a avença, mediante prévia comunicação com prazo de 90 (noventa) dias.

6.2. Do Local de Execução dos Serviços

6.2.1. Os serviços prestados deverão ser efetuados mediante **Autorização de Fornecimento de Serviço**, emitida por responsável competente do Setor de Compras devidamente assinada pelo Presidente desta Câmara Municipal.

6.2.2. Os serviços serão executados no veículo Oficial 002 (Corolla – Placa FDZ-4596) e veículo 001 (Corolla 2.0, XEI A/T, placa GAZ 1089), ambos cor preta, ano 2017/2018 no local onde a empresa exerce suas atividades ou na Câmara municipal de Jaguariúna, rua Coronel Amâncio Bueno, 446, Centro, CEP 13910-009 no horário das 08:00 às 16:00 hs.

6.2.3. O fornecedor não poderá formalizar o serviço sem a referida Autorização de Fornecimento.

6.2.4. Os serviços realizados em desconformidade com este Termo de Referência serão reprovados.

6.3. Do Prazo e Horário da Execução dos Serviços

6.3.1. A prestação dos serviços deverá ser realizada em **até 05 (cinco) dias úteis** da formalização da Autorização de Fornecimento do Serviço, podendo ser prorrogado por igual período a critério da contratante.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

6.4. Do Recebimento do Objeto/Serviços

6.4.1. O recebimento do objeto contratado ficará sob a responsabilidade do Fiscal, designada através da Portaria nº 76 e em conformidade com a Resolução 233/24 desta Câmara Municipal;

6.4.2. Na hipótese de os serviços/entregas não estarem em conformidade com o solicitado, tal fato será comunicado à **CONTRATADA**, com discriminação das providências imediatas a serem dotadas, sob pena de adoção das sanções administrativas cabíveis;

6.4.3. Os serviços realizados em desconformidade com este **TERMO DE REFERÊNCIA** serão reprovados;

6.4.4. Para o recebimento e aceitação do objeto, serão observadas no que couber, as disposições contidas no artigo 140, I da Lei Nº 14.133/2021, mediante termo circunstanciado, das seguintes formas:

6.4.4.1. **Provisoriamente**, em até 5 (cinco) dias úteis, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme Resolução nº 233 de 21 de fevereiro de 2024;

6.4.4.2. **Definitivamente**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais após o recebimento provisório, ou da data de conclusão das correções efetuadas com base no disposto nos itens acima, uma vez verificado a execução satisfatória dos serviços;

6.4.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados, nem a ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

6.4.6. A execução dos serviços deste objeto, deverá ser realizada seguindo todas as orientações e exigências da Autorização de Serviço e todas as especificações determinadas pelo **CONTRATANTE**, de acordo com as especificações técnicas contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA** e **TERMO DE CONTRATO**;

6.4.7. Os serviços prestados em desacordo com o especificado no Termo de Referência serão rejeitados, parcial ou totalmente, conforme o caso, e a **CONTRATADA** será obrigada a refazê-los dentro do prazo de entrega estabelecido, sob pena de incorrer atraso quanto ao prazo de execução;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

6.4.8. A notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada;

6.4.9. Na hipótese de os serviços não estarem em conformidade com o solicitado, tal fato será comunicado à **CONTRATADA**, com discriminação das providências imediatas a serem dotadas, sob pena de adoção das sanções administrativas cabíveis;

6.4.10. O **CONTRATANTE** poderá suspender ou mandar paralisar o serviço em andamento que não esteja sendo executado dentro das exigências e orientações emitidas por esta;

6.4.11. O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, defesa previstas em Lei.

6.5. Critérios de Julgamento

6.5.1. A presente contratação se dará por menor preço global;

6.6. Garantia dos serviços

6.6.1. Os serviços serão garantidos pelo **prazo mínimo de 12 (meses) meses** ou pelo prazo estipulado pelo fabricante, o que for maior, contra quaisquer espécies de defeitos, contados da data efetiva da entrega, devendo a **CONTRATADA**, após a comunicação do **CONTRATANTE**, providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, as devidas correções.

6.7. Demais Condições dos Serviços

6.7.1. A execução dos serviços deverá observar as seguintes condições específicas:

6.7.2. A instalação dos rastreadores deverá ser realizada em local previamente designado pela Câmara Municipal, em data e horário acordados entre as partes, de forma a não prejudicar a rotina administrativa.

6.7.3. A contratada deverá utilizar profissionais devidamente capacitados e identificados, responsabilizando-se pela correta execução dos serviços, sem causar danos ao veículo oficial.

6.7.4. A instalação deverá respeitar as especificações técnicas do fabricante, sem realizar adaptações que possam comprometer a integridade elétrica, eletrônica ou mecânica do veículo.

6.7.5. Toda a execução deve ser feita com materiais originais, novos e de primeira qualidade, devidamente certificados quando aplicável.

6.7.6. A contratada deverá garantir que o equipamento esteja em pleno funcionamento no ato da entrega, com acesso ativo à plataforma de monitoramento (via web e aplicativo).

6.7.7. Deverá ser realizada configuração inicial com login e senha para o **CONTRATANTE**, bem como treinamento básico para uso da ferramenta de rastreamento.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

6.7.8. Caso sejam identificadas falhas ou mau funcionamento durante a execução, a contratada deverá corrigir de imediato, sem ônus adicional para a Administração.

7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. Este Poder Legislativo encaminhará o presente **TERMO DE CONTRATO** a seu **CONTROLE INTERNO** bem como arquivo XML ao **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, através do AUDESP FASE IV, para apreciação e ainda disponibilizado no PNCP para legalidade e condição de eficácia;

7.2. O **CONTRATANTE**, por meio de funcionário designado através de portaria, efetuará a fiscalização dos serviços a qualquer instante, solicitando à **CONTRATADA**, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar ao **CONTRATANTE** quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência no termo de Contrato bem como demais documentos integrantes da contratação;

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscal ou equipe de fiscalização do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) bem como pela Resolução nº 233/2024 da Câmara Municipal de Jaguariúna.

7.4. No desempenho de suas atividades é assegurado ao fiscal o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os seus termos e condições;

7.5. A ação ou omissão, total ou parcial, do órgão fiscalizador não eximirá a **CONTRATADA** da total responsabilidade de executar os serviços, com toda cautela e boa técnica;

7.6. Fica nomeado **Fiscal ou Comissão de Fiscalização** do presente termo, através de Portaria nº 76/2025, servidor Eranaldo Lima de Almeida, matrícula 181, desta Casa de Leis;

7.7. Fica nomeado como **Gestor** do presente termo através de Portaria nº 76, servidora Luana Aparecida Peron, matrícula 176, desta Casa de Leis;

7.8. A **fiscalização** será realizada de forma remota, em conformidade com a natureza da prestação dos serviços;

7.9. O fiscal terá acesso a todas as áreas e informações necessárias para avaliar o desempenho da **CONTRATADA**;

7.10. Qualquer desconformidade ou descumprimento contratual será registrado em relatório pelo fiscal, e a **CONTRATADA** será notificada para correção imediata das irregularidades;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- 7.11. A fiscalização será realizada mensalmente, conforme recebimento das medições do contrato.
- 7.12. O acompanhamento do serviço será feito uma vez por mês, de acordo com o que foi executado no período.
- 7.13. As medições do contrato correspondem ao levantamento do que foi efetivamente prestado pela contratada, número de veículos monitorados ou meses de serviço prestados. Ou seja, a fiscalização se baseia nos dados ou relatórios enviados mensalmente pela contratada, permitindo que a Administração verifique se o serviço está sendo cumprido corretamente antes de efetuar o pagamento.

8. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Da Condição de Pagamento

- 8.1.1. A Câmara Municipal de Jaguariúna efetuará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da Nota Fiscal e consequente aceite, devendo estas serem emitidas após a realização de cada serviço;
- 8.1.2. Os preços apresentados deverão estar em conformidade com as especificações técnicas e quantidades descritas, os quais serão considerados como finais e irrevogáveis (durante o período de contrato).
- 8.1.3. Para o devido pagamento, o fornecedor **deve obrigatoriamente possuir conta no Banco do Brasil ou gerar boleto bancário;**
- 8.1.4. Ao ser emitida a nota fiscal referente ao objeto, deverá ser encaminhada ao Fiscal, através dos e-mails que será informado após a assinatura do contrato;
- 8.1.5. Havendo rejeição da NF ou boleto, no todo ou em parte, a **CONTRATADA** deverá refazê-la no prazo de 02 (dois) dias úteis, observando as condições estabelecidas para a prestação nos prazos estabelecidos neste instrumento, contados a partir da notificação expedida pelo **CONTRATANTE**;
- 8.1.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras, exceto quanto à parte incontroversa, que será devidamente adimplida;
- 8.1.7. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão **CONTRATANTE** atestar a execução do objeto do contrato;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

8.1.8. Deverão estar incluídos no valor os encargos sociais, custos operacionais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para o bom cumprimento na prestação dos respectivos serviços;

8.2. Da Retenção do Imposto

8.2.1. A **CONTRATADA** submeter-se-á para fins de **retenção de IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte**, com exceção das optantes pelo Simples Nacional e as pessoas jurídicas amparadas por isenção; imunidade; não incidência ou alíquota zero de imposto de renda, as empresas enquadradas legalmente em incidência obrigatória previstas no anexo I da IN 1.234/2021 coluna 02 – IR das alíquotas, em consonância com a IN 2145/2023 e o disposto no Decreto Municipal 4.578/2023.

8.2.2. As retenções serão realizadas para fins de IRRF excluindo-se as CSLL, PIS/PASEP ou COFINS, em conformidade com as disposições do item anterior;

8.2.3. A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.3. Do reajuste e revisão do preço.

8.3.1. O valor de contrato poderá ser **REAJUSTADO** após o decurso de seu prazo, mediante aplicação do índice de correção IPCA.

8.3.2. Poderão ainda ser revistos, desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas art. 124, da Lei nº. 14.133/21.

8.4. Validade da Proposta de Preço

8.4.1. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias contados a partir do último dia previsto para o recebimento da apresentação do preço ofertado;

8.4.2. Os preços deverão ser apresentados por valor unitário e valor total em conformidade com o modelo de proposta comercial.

9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR/EXECUTANTE

9.1. **Para a presente contratação, deverá o fornecedor comprovar:**



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

9.1.1. **Habilitação Jurídica:** deverá o contratado comprovar os seguintes requisitos, conforme o caso:

I - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II - **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

VII - **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

VIII - **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 2º, §3º, do Decreto nº 11.802/2023.

IX - **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 2.110/2022 (arts. 15 a 17 e 146).



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

9.1.2. **Qualificação Técnica:** A complexidade e o nível de detalhamento técnico fazem necessária a contratação de empresa especializada, com capacidade técnica e operacional, para garantir a entrega do objeto, de acordo com suas características e peculiaridades, relativas ao ambiente de atuação, sob perspectivas de atividades de negócio, solução sistêmica e de tecnologia aplicada. A empresa **CONTRATADA** deverá ter os seguintes requisitos:

9.1.2.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento de pelo menos 50% do objeto, com indicação do fornecimento, qualidade do material, do atendimento, cumprimento de prazos e demais condições de serviço, conforme especificado no OBJETO;

9.1.2.2. Do(s) atestado(s) deverão constar razão social e CNPJ da licitante;

9.1.2.3. Os atestados ou certidões poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes.

9.1.3. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:** A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a Certidão de que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança, ou em qualquer outra ação.

9.1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.1.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.1.3.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

9.1.3.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; (a depender da especificidade da contratação).

9.1.3.5. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao FGTS - CRF, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.1.3.6. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

10. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

10.1. Poderão participar da presente contratação todos os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto e que preencherem as condições e requisitos estabelecidos por este Termo de Referência.

10.2. Não poderão participar da presente contratação pessoas físicas ou jurídicas que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente impedido, ou suspenso com o Município de Jaguariúna/SP, ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, ou que estejam direta ou indiretamente nas condições previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, ou, ainda:

10.2.1. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

10.2.2. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inc. V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

10.2.3. Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do art. 33, incisos. IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do art. 74, incisos. IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012.

11. ESTIMATIVA DO PREÇO

11.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 4504,32 (quatro mil quinhentos e quatro reais e trinta e dois centavos) calculado com base em preço médio realizada em conformidade ao art. 23 da Lei 14133/21.

11.2. GLOBAL R\$ 4504,32 (quatro mil quinhentos e quatro reais e trinta e dois centavos).



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

11.3. Esta é a estimativa completa, realizada com base na ampla pesquisa de mercado com observância da Instrução Normativa nº 65/2021.

11.4. A presente estimativa poderá sofrer alterações em conformidade com o disposto nas DISPOSIÇÕES GERAIS ao final deste TR.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 12.1 deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 12.1 deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) **moratória** de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 7 (sete) dias;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

a. O atraso superior a 7 (sete) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021](#).

(2) **compensatória** de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133/2021](#))

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133/2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#) ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846/2013](#) serão apurados e julgados conjuntamente, nos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

12.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A presente contratação será custeada com recursos do Tesouro conforme abaixo:

13.1.1. Ficha 10 – Outros Serviços de Terceiros

13.1.2. Elemento de despesa (3.3.90.39) e o subelemento 99 (OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA)

14. HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

14.1. Para mais esclarecimentos, os interessados podem entrar em contato com o Departamento de Compras e Licitações, na sede da administração, no endereço mencionado no rodapé, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 16h30 (dias úteis), pelo telefone (19) 3847-4336 ou pelo e-mail compras@jaguariuna.sp.leg.br. As dúvidas ou pedidos de esclarecimentos serão encaminhados ao responsável pela contratação.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

15.1. Este Termo de Referência poderá ser alterado futuramente para garantir a correta apresentação dos dados necessários à proposta comercial, bem como para assegurar a conformidade com as condições estabelecidas pela legislação vigente.

Jaguariúna, 19 de agosto de 2025.

Vereador Rodrigo Reis de Souza
Presidente

Creusa Ap. Gomes
Diretora Geral





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo
www.jaguariuna.sp.leg.br

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(A proposta deverá ser impressa em papel timbrado da empresa e assinada por seu representante legal, fazendo constar marca e modelo de todos os equipamentos ofertados, cujas características devem estar de acordo com as especificações exigidas no Termo de Referência)

À

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA – SP

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 46/2025

Proposta de Preços

OBJETO: Aquisição de serviço de empresa especializada para prestação de serviço contínuo de rastreamento e monitoramento, via tecnologia GPS/GSM/GPRS.

DADOS DO FORNECEDOR		
Razão social:		
Nome Fantasia:		
CNPJ:	I.E.:	
Endereço:		Nº:
Complemento:	Bairro:	
Município:	Estado:	CEP:
Enquadramento: <input type="checkbox"/> ME <input type="checkbox"/> EPP <input type="checkbox"/> EIRELI <input type="checkbox"/> LTDA <input type="checkbox"/> S/A <input type="checkbox"/> MEI		
Telefone:	E-mail:	
DADOS DO ADMINISTRADOR		
Nome:		CPF:
Telefone:	E-mail:	
DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA PROPOSTA		
Nome:		CPF:
Cargo/Função		
Telefone:	E-mail:	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo
www.jaguariuna.sp.leg.br

Detalhamento da Proposta:

ITEM	QTDE	SRV.	DESCRIÇÕES	Marca	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	02	SRV	Aquisição de serviço de empresa especializada para prestação de serviço contínuo de rastreamento e monitoramento, via tecnologia GPS/GSM/GPRS).		R\$	R\$
		Valor Global da Proposta:				
		Validade da proposta: 60 dias				
		Condições de pagamento: Conforme Termo de Referência				
		Valor mínimo para faturamento:				
		Prazo para entrega:				
Dados Bancários:		BANCO DO BRASIL	AG:		C/C:	
		Boleto Bancário				

A formulação desta proposta atende na íntegra todo o conteúdo exigido no **Termo de Referência**.

Este Termo de Referência poderá sofrer alterações até a data de divulgação ou publicação do instrumento convocatório, a fim de fornecer corretamente os dados para se adequar às condições estabelecidas pela legislação vigente.

Por ser verdade, assina o presente:

_____, ____ de _____ de 2025.

Nome e assinatura do Representante Legal ou Responsável pelo envio da Proposta

Cargo / RG